

Crítica da dimensão política da representação no romance pós-moderno e sua cumplicidade: considerações sobre *Foe*, de Coetzee

Prof. Ms., doutoranda, Majda Bojić (Universidade de Zagreb/UFPR)¹

Resumo:

*Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a problematização da dimensão política da representação narrativa por parte dos romances pós-modernos, tendo porém em vista sua cumplicidade com as ideologias culturais que eles tentam pôr em questão. Segundo a opinião de Linda Hutcheon, o pós-moderno é politicamente ambivalente. A crítica pós-moderna coexiste com uma poderosa cumplicidade com a política que ela tenta desvelar, quando usa e abusa de estratégias de representação no processo de desnaturalização. Tendo como ponto de referência um texto do escritor sul-africano J. M. Coetzee, o romance *Foe*, publicado em 1986, indicaremos a força crítica dos textos pós-modernos para a desnaturalização das estratégias de representação. Interessará refletir sobre o teor de verdade e a repercussão dessa obra em particular junto a alguns de seus críticos.*

Palavras-chave: crítica cúmplice; dimensão política do texto; romance pós-moderno; *Foe*, de J. M. Coetzee

*La parole sert à corriger le silence,
mais le silence est in-co-rri-gi-ble.¹*

Introdução

Os leitores e críticos literários muitas vezes tendem a realçar os valores éticos das obras do escritor sul-africano J. M. Coetzee por falarem em humanidade e solidariedade, ou reconhecem e valorizam nessas obras o questionamento auto-referencial da produção narrativa e a desdossificação das estratégias representativas. No entanto, os romances de Coetzee também são causa de polêmicas, vindas em grande parte da África do Sul. Esse trabalho se debruçará sobre o ensaio da Benita Parry, crítica sul-africana ligada ao pós-colonialismo, sobre a atribuição de fala e silêncio nos romances de Coetzee, com objetivo de esboçar as desnaturalizações que o autor faz das representações politicamente motivadas à luz de seus possíveis insucessos, isto é, do comprometimento de que não consegue desvencilhar-se.

1

Nas últimas décadas as ciências humanas mostraram um interesse especial pela representação narrativa, sua natureza, mas também seus vínculos com a política. Embora a crítica

¹ A epígrafe foi retirada do ensaio do escritor sul-africano André Brink. Ele teria ouvido esta frase de “a wise old frenchman”). (Brink 1998: 14)

desconstrucionista, com a sua desnaturalização das estruturas narrativas lineares e seus fundamentos ideológicos, seja um passo imprescindível na conscientização sobre os mecanismos da representação, a historiografia contemporânea é que colocou essa problemática em primeiro plano. Roland Barthes, em seu ensaio *Le discours de l'histoire* (1967), já manifestava dúvidas acerca das diferenças fundamentais entre a narração literária e historiográfica. Hayden White e Dominic LaCapra contribuíram em grande parte para a conscientização sobre as políticas de representação narrativa na literatura e na história, assim como para o questionamento da legitimidade do documento histórico.

Por analogia, na área da literatura, a ficção pós-moderna tem uma forma própria de abordar a representação narrativa: a representação literária e também a representação histórica. Em 1987, em *A Poetics of Postmodernism*, Linda Hutcheon (1988) privilegiou o conceito de metaficção historiográfica como base para refletir sobre a poética da ficção pós-moderna e defini-la.² Trata-se de um gênero que mescla de modo especial justamente os discursos histórico e ficcional, ou seja, confronta-os. O resultado dessa confrontação dos discursos da história e da arte é o abandono de uma compreensão simplista das noções de realismo e referencialidade. (Hutcheon 1988: 20) Stephen Greenblatt afirma que é importante admitir que a história e a literatura são discursos que antes constroem o passado que o refletem, antes inventam-no que o descobrem. (Currie 1998: 88) Não existe algo “dado” que o ato da representação possa copiar. O discurso histórico e realista entende por “realidade” um dado pressuposto, sem explicitar ou mesmo perceber que constrói esse dado à medida que se refere a ele. A literatura do pós-modernismo não pretende refletir “a” realidade ou falar verdades definitivas sobre ela, mas está, sim, consciente de não poder fazê-lo. (Hutcheon 1988: 40) Os textos auto-referenciais pós-modernistas minam a autoridade desses textos que pretendem a verdade – minam a autoridade que não provém da realidade que eles representam,³ senão das “convenções culturais que determinam a narrativa e também a construção que designamos realidade” (Siegle 1986: 225 *apud* Hutcheon 2002: 37).⁴

A reflexividade textual dos textos pós-modernos revela as implicações naturalizadas dos textos narrativos (como são, por exemplo, as pressuposições da sua transparência) e exige do leitor que aceite o fato de que a representação também tem suas políticas. No livro *The Politics of Postmodernism*, Linda Hutcheon (1989) tenta demonstrar a política da representação narrativa romanesca com a seguinte afirmação de Lennard Davis: “Os romances não retratam a vida, eles retratam a vida como ela é representada pela ideologia.”⁵ Hutcheon comenta a citação afirmando que “A ideologia – a maneira como a cultura representa-se para si mesma – ‘doxifica’ ou naturaliza a representação narrativa, fazendo-a parecer mais natural ou próxima ao senso comum; ela apresenta o que é *construído* tomando-o por algo *inerente* ao que está sendo representado” (Hutcheon 2002, 48). O que se tenta esconder é o caráter de construção; o que se quer fazer passar despercebido é a dimensão política do texto.

² Hutcheon, aliás, quer “reservar” o termo ficção pós-moderna somente para o gênero da metaficção historiográfica, dado que ele incorporaria melhor as mudanças que ocorreram no âmbito do pós-modernismo (1988: 40).

³ No romance *Foe*, de Coetzee, a legitimidade da dicção de Susan Barton, que se funda sobre a verdade, não é garantia suficiente para tornar convincente a história.

⁴ Siegle, Robert 1986. *The Politics of Reflexivity: Narrative and the Constitutive Poetics of Culture*, Baltimore, Md and London: John Hopkins University Press. (cf. Hutcheon 2002: 37)

⁵ Davis, Lennard J. 1987. *Resisting Novels: Ideology and Fiction*, New York and London: Methuen. (cf. Hutcheon 2002: 48)

2

No romance de Coetzee, *Foe* (1986), que apresenta elementos próprios à metaficção historiográfica, a desnaturalização da representação do passado é feita de tal maneira que a política da representação fica óbvia. O enredo do romance se constrói com base no romance do Daniel Defoe, *Robinson Crusoe*, publicado em 1719. Porém, o romance de Coetzee apresenta vários elementos diferentes, que estabelecem um diálogo com a obra de Defoe. A diferença que o leitor repara primeiro é que no livro de Coetzee é uma mulher, Susan Barton, que ocupa o lugar central. Voltando do Brasil depois de não ter encontrado a sua filha raptada, Susan se acha vítima de naufrágio e acaba vindo até a ilha de Cruso (desta vez sem o *e* final). Após um tempo de convivência com os únicos habitantes da ilha, Cruso e Sexta-Feira, ela volta à Inglaterra acompanhada de ambos, graças a um resgate. Cruso morre durante a viagem. Na Inglaterra, a nova vida dos dois sobreviventes não se apresenta muito fácil. O projeto primordial de Susan virá a ser narrar a história da sua vida na ilha. Para tornar sua história mais interessante, procura ajuda do escritor chamado Foe, cujo nome, que significa “inimigo” em inglês, é igual ao de Defoe antes de se juntar a ele a partícula “De”. Susan quer a história verdadeira, mas o escritor tem idéias próprias. A procura de Susan Barton para encontrar sua própria história é a base para a desnaturalização dos procedimentos e convenções da representação narrativa do passado, como são por exemplo a casualidade historiográfica, a manipulação dos fatos e a seleção inerente ao discurso da história.

A política da história narrativa, como a da literatura colonial, revela-se especialmente no tratamento de Sexta-Feira. Sua história é a única que se esquia à dos “falsários”, já que Sexta-Feira neste romance não tem língua. Foi cortada quando menino, e não se sabe quem o teria feito. A indizibilidade da história é o que inquieta Susan. Ela está consciente de que sua história terá lacunas porque Sexta-Feira é o único que pode relatar a história de si mesmo. Ele está “condenado a viver no silêncio” (Coetzee 2005: 23). O silêncio dele é o silêncio das vozes marginais, nesse caso, dos povos africanos.⁶ A língua cortada de Sexta-Feira de certa forma representa a destruição simbólica da cultura africana, mas também a resistência dele à dominação cultural dos colonizadores, isto é, à tentativa deles de relatar a sua história. Assim a história que no passado colonial foi bastante falsificada por parte do colonizador, no romance fica impassível de falsificação. Portanto, a política da representação narrativa, em suas práticas de poder e controle, é demonstrada mais explicitamente no romance pela posição de Sexta-Feira. Na mutilação de que foi vítima torna-se literal a exclusão dos “vencidos” presente nas representações historiográficas. Ele não pode comunicar por não ter língua. Dessa maneira, ele é afastado da História,⁷ mas também da história que Susan quer contar. Ela mesma está consciente da ilegitimidade dum tal relato incompleto: “Contar a minha história e calar sobre a língua do Sexta-Feira é como pôr, às ocultas, um livro a venda com páginas em branco.” (67)

Sobre o poder da representação, outra vez Susan: “Sexta-Feira não tem domínio sobre as palavras e por isso nenhuma defesa contra seu remodelamento quotidiano segundo os desejos dos

⁶ E significativa a relação intertextual entre a personagem de Sexta-Feira de Defoe e a de Coetzee: enquanto o Sexta-Feira de Defoe é bastante europeizado e de origem caribenha (“...como se nesse rosto se estivesse refletindo toda aquela maciez e suavidade característica para um Europeu...”), o Sexta-Feira de Coetzee claramente faz parte do continente africano. Em *Robinson Crusoe* também se realça que Sexta-Feira não tem cabelo lanoso (“O cabelo era comprido e preto, e não encaracolado como lã”, 220) – informação que Coetzee inverte no seu romance, mencionando muitas vezes os cabelos de lã de Sexta-Feira.

⁷ “Talvez queriam impedi-lo de jamais contar a sua história” fala a personagem Cruso. (23)

outros.” (121) E mais para frente no texto: “Não importa o que ele é para si mesmo (será que ele é alguma coisa para si mesmo? – como poderia nos dizer isso?), ele é para o mundo aquilo que eu crio dele.” (122)

No fim do penúltimo capítulo do romance, Susan conclui sobre as personagens: “Todos nós estamos vivos e somos substanciais, e estamos todos no mesmo mundo.” Mas Foe adverte: “Omitiram o Sexta-Feira.” (152) Sexta-Feira não está propriamente vivo, não é propriamente real e de modo algum está no mesmo mundo; já que não possui a sua existência na linguagem não pode *vir ao mundo*.

O silêncio do Sexta-Feira é crítica à história narrativa e à literatura colonial enquanto estruturas de exclusão.⁸ A questão que quero propor agora é: se o silêncio, mesmo ocorrendo em função de uma crítica da exclusão narrativa (como essa presente no romance *Foe*), não será uma repetição do ato de exclusão?

3

Linda Hutcheon muitas vezes realça a comprometimento da crítica pós-moderna da representação com a política que tenta desvelar. Essa crítica ela chama de crítica cúmplice (*complicitous critique*). A desnaturalização pós-moderna a um só tempo inscreve e mina as convenções do texto narrativo porque não atua no sentido da negação da representação, senão de sua problematização. (Hutcheon 2002: 48) A paradoxalidade pós-moderna e a ambivalência não podem esquivar-se à sua própria cumplicidade. O romance *Foe* não pode evitar a cumplicidade porque, querendo problematizar as representações coloniais, “usa e abusa” das convenções que quer desnaturalizar. Portanto, será que Coetzee repete as exclusões do discurso colonial em sua reescritura paródica do *Robinson Crusoe* de Defoe?

Investigaremos tal problema com base no ensaio de Benita Parry sobre as implicações da atribuição da fala e do silêncio nos romances de Coetzee – uma crítica voltada em grande parte ao problema da repetição do ato de exclusão.⁹ Parry tenta provar que as estratégias narrativas de Coetzee fazem uma crítica do discurso dominante, mas também impedem o diálogo com os saberes não-canônicos representando-os como indizíveis (*ineffable*).¹⁰ A ausência das vozes das culturas sul-africanas não ocidentais nos romances de Coetzee dessa maneira repetiria as exclusões da escrita dos brancos (*white writing*) e as tentativas dos colonizadores de silenciar e

⁸ Considerando a questão da exclusão narrativa, Currie coloca um exemplo de literatura: os romances de Jane Austen dizem respeito a uma porção pequena do mundo, e nessa porção, a uma parte pequena da sociedade. Currie porém admite que é impossível incluir tudo. “And why don't critics argue that there are no rounded middle-class characters in *Trainspotting*?” [E por que será que os críticos não contestam a falta das personagens de classe média em *Trainspotting*?], é o seu comentário. Conclui que se trata de um argumento político, a observação não está voltada para a exclusão em si mesma, senão para a exclusão de certas pessoas ou aspectos da sociedade, exclusão dos sem-poder (*powerless*) da representação. A exclusão narrativa é, de fato, uma exclusão do sistema de poder político-econômico. (Currie: 85)

⁹ Parry, Benita 1998. “Speech and silence in the fictions of J. M. Coetzee”, u: Attridge, D./Jolly, R. *Writing South Africa: literature, apartheid, and democracy, 1970 – 1995*. Cambridge: Cambridge University Press. (149-165) Benita Parry, nascida na África do Sul, é docente no Departamento de Anglistica e Literatura Comparada da Universidade de Warwick. Área de atuação: literatura colonial e teoria pós-colonial. Publicou livros na área de crítica pós-colonial.

¹⁰ Na sua argumentação, Parry se refere aos romances *Foe*, *Age of Iron* e *Life and times of Michael K*.

esconder o outro (o que em certo momento teve como consequência a humilhação e desconsideração das tradições cognitivas e costumes dos nativos sul-africanos).¹¹ (Parry: 158)

Ela também afirma que, no romance, os princípios em torno dos quais se constrói a significação romanesca não devem nada aos saberes que não seriam de origem européia; com isso, o Ocidente seria a cultura de referência, e os europeus seriam os únicos que, nas renarrativizações de Coetzee, têm o poder de enunciar. (151) Parry considera que a falta das perspectivas alternativas possa ser consequência de uma recusa por parte de Coetzee de usar a autoridade da cultura dominante para representar culturas subjugadas, e de sua convicção de que não lhe cabe atribuir ou negar aos personagens essa capacidade de atuar (*agency*). Só que a ficção de Coetzee faz exatamente isso, afirma Parry, e em sua obra o poder textual europeu sobrevive à tentativa da subversão de seu domínio. Os subjugados são colocados como objetos de representações e reflexões que não lhes oferecem nenhuma possibilidade de resistência. (151) Parry pergunta-se se não se trata de uma má-vontade por parte do autor de “orquestrar uma composição polifônica”. (152)

Parry também nota na ficção de Coetzee a ausência de quaisquer chances para uma ordem social diferente e a recusa do texto de mostrar esperança no futuro. (162) Ela cita do romance *Age of Iron*: “o futuro vem disfarçado, se viesse desvelado, ficaríamos horrorizados com o que vemos”.

David Attwell abordou a crítica de Parry como um desafio que coloca questões importantes para entender a dinâmica da escritura de Coetzee durante o período mais difícil no tempo de *apartheid* (o assim chamado Emergency period, 1985-1990). Como duas dimensões centrais dos argumentos de Parry, ele menciona “o diálogo” e “a realização”.

Sob o termo “realização” Attwell entende a possibilidade de uma ordem social diferente, e discorda de Parry quanto a não haver na obra de Coetzee sinal algum dessa possibilidade e uma má vontade diante de políticas de realização.

A crítica ligada ao diálogo, tal como feita por Parry, suporia na obra de Coetzee uma ausência dos sistemas de saber não-ocidentais e afirmaria haver por parte do escritor má-vontade quanto a orquestrar uma peça polifônica – o que impediria também um intercâmbio com o outro enquanto interlocutor, e não uma presença não-articulada. A isso Attwell responde: “se Coetzee tivesse abordado os sistemas de saber não-ocidentais e orquestrado uma peça polifônica, o Ocidente ficaria sendo a cultura principal de referência em sua prosa.” (Attwell: 167) A posição histórica e epistemológica de Coetzee é seu alcance e seu limite. Mesmo se ele conseguisse evitar a não-reconhecimento cultural, ele só afirmaria a autoridade que Parry espera ver contestada. (ibid.)

Attwell afirma que os argumentos de Parry seriam mais relevantes para os autores que usam em seus textos convenções voltadas a aproximar ficção e realidade. O jeito de narrar de

¹¹ Para firmar o seu posicionamento, Parry usa certos argumentos que têm a ver com a coerência do olhar crítico de Coetzee e as consequências da ausência deste em determinados momentos. Ela critica que nos romances de Coetzee se dá autoridade a uma voz feminina, ao mesmo tempo em que se negam as habilidades discursivas aos sem-poder. “Por que”, pergunta-se Parry, “um romancista masculino assume o risco de simular a fala feminina e ao mesmo tempo evita ficcionalizar vozes daqueles excluídos do discurso dominante?”. Parry observa que essa prática resulta em exercitar a capacidade proporcionada pelo poder narrativo, em que a voz está ligada à dominação cultural, e a ausência de voz à subjugação. (158) Parry também critica o fato de Coetzee atribuir à surdez um valor de caráter místico, o que desautoriza a crítica da situação em que a escravização impede e provoca silêncio. (158)

Coetzee exige prestar atenção às qualidades performativas da língua. Se é assim, ele codifica a visão da sociedade segundo as condições ou exigências da própria reflexão estética.¹²

A meu ver, são procedentes as restrições que Attwell faz à crítica de Parry. Atribuindo silêncio a Sexta-Feira, Coetzee talvez repita no romance *Foe* o ato da exclusão, mas também o torna “visível” e por isso, problemático. O importante, aliás, é demarcar a diferença entre o ato de exclusão e a exclusão como resultado. Benita Parry dedica mais atenção aos efeitos da exclusão, como quando destaca a ausência de diálogo com elementos não-ocidentais, que estão ausentes por causa da atribuição do silêncio. Coetzee, que no romance *Age of Iron* toma como objeto a alteridade mesma, trata de problematizar, em *Foe*, a gênese da exclusão imposta pelo discurso colonial. O objeto das observações de Coetzee é antes de tudo o poder textual europeu na sua atuação. Parry afirma que essa atuação sobrevive à tentativa de subversão de seu poder. Os argumentos de Benita Parry indicam que a resistência ao modo colonialista de escrever precisa incluir as vozes dos excluídos. Mas, será que o diálogo desejado satisfaria as condições de uma subversão bem-sucedida?

Evoquemos a polêmica entre Derrida e Foucault na qual Derrida vê a prática de Foucault no *Nascimento da clínica* como repetição, ou seja, inversão da estrutura de exclusão. (Currie: 86) Foucault, afirma Derrida, concede privilégio de representação aos despossuídos (*deprived*) e dessa maneira inverte as relações de poder sem mudar o modo de escrever história. Currie acha que essa polêmica perguntava-se se a dimensão política da representação histórica está na forma genética e linear da história/conto (na exclusão mesma) ou no poder material dos que fazem a exclusão ou daqueles que estão sendo excluídos. E conclui: “se nos opormos a uma certa estratégia de exclusão, nesse caso não podemos continuar usando-a nós mesmos. (...) Não é suficiente opor-se às pressuposições positivistas da história escrevendo uma história dos oprimidos à maneira positivista, porque são as práticas tradicionais da escrita histórica que atuam como confinamento ideológico.” (ibid.)

A conclusão de Mark Currie abre uma questão nova. Será que é possível opor-se aos procedimentos e consequências da literatura colonial escrevendo uma literatura de colonizados? *Foe* contém uma crítica de certa estratégia que atua como confinamento ideológico. O objetivo está na problematização e não na afirmação das práticas tradicionais.

Coetzee *está* interessado, sim, em orquestrar uma peça polifônica, mas uma peça em que todos os interlocutores tenham pelo menos *quase* as mesmas chances.¹³

4

Podemos pensar a crítica de Benita Parry à obra de Coetzee no contexto da situação cultural específica de um país em que a cultura era vista pelas principais forças da resistência (sobretudo a ANC: African National Congress) como arma que devia atuar no sentido de representar as vítimas de uma forma realista.

¹² Um romance como *Age of Iron* não vai encenar certos encontros interclasse ou interculturais como meras lições de comportamento social; vai tomar como objeto a própria alteridade. A polifonia está presente nesse romance, mas depende da concepção e realização estética do discurso cujo poder social é objeto de observação e análise. (167)

¹³ São ilustrativas as palestras que Coetzee manteve na Universidade de Princeton no ano 1997/98, publicadas sob o título *A vida dos animais*, nos quais aborda pela via da ficção o problema dos maus tratos de animais. A opção por apresentar um texto ficcional dispensa o próprio autor de qualquer afirmação categórica sobre a questão.

No ensaio, Parry aponta para o problema da dependência dos escritores sul-africanos em relação às formas da metrópole. Apesar do surgimento recente dos novos escritores, autores dos assim chamados romances pós-*apartheid*, o realismo social prevaleceu como modelo dominante do romance sul-africano, seja de proveniência negra ou branca. (159) Parry sugere que Coetzee, com sua prática de desnaturalização das convenções representativas da ficção branca sul-africana, afasta-se também da escrita negra, igualmente tributária, por razões históricas, dos modos ocidentais de escrever. Essa escrita descrevia de um modo realista a situação do povo subjugado e também despertava-lhe a consciência. Entendo que, se Coetzee representa um “problema” para a crítica, isso não se deve apenas a uma possível falta de intercâmbio com a alteridade, mas à subversão de uma forma realista de escrever, verificável também em obras que despertam a consciência do povo africano.

No prefácio do livro *Writing South Africa*, dedicado à literatura do período mais intensivo da história sul-africana (1970-1995), seus editores realçam que esse período da história cultural é rico de exemplos de relações intensas entre ética, estética e literatura. No ensaio *Interrogating silence*, o escritor sul-africano André Brink afirma que o apartheid impôs aos escritores uma necessidade de relatar, já que isso não era permitido às outras mídias, e impôs-lhes também um papel equivalente ao do historiador.

Brink menciona também Coetzee e as polêmicas em torno de sua obra como exemplo da oposição entre textualidade (pós-moderna) e historicidade (*historicity*), em que este último termo implica “a fé no processo de representação”. (17) Brink admite que esses dois tipos de “resposta ao silêncio”, como resultado da maneira estritamente binária de pensar, foram tratadas por tempo demais à luz da exclusividade. Ele se opõe a uma crítica ao pós-modernismo que o acusa de aistoricidade e de preocupação com a textualidade em si mesma. Acusações de neo-conservadorismo feitas ao pós-modernismo, Brink as considera obras de uma mentalidade reacionária que considera que a “realidade” pode (e deve!) ser captada e representada, se possível, de uma maneira previsível. (18) Ele acrescenta que Hutcheon associa o pós-modernismo à consciência crítica geral sobre a existência e o poder dos sistemas de representação que não refletem a sociedade, mas garantem sentido e valor dentro de uma certa sociedade. Enxergando o mundo como uma história à espera de ser contada e remodelada infinitamente, afirma Brink, a literatura torna-se mais, e não menos, vigorosa, e o leitor, encorajado a agir. (19)

Attwell, falando de Coetzee, e em sintonia com Brink, afirma que a textualização auto-reflexiva transfere com sucesso a responsabilidade autorial para o leitor. Usando o exemplo do romance *Age of Iron*, adverte sobre a presença das proposições éticas fundadas, porém, somente em sua atuação textual. Senhora Curren, a protagonista do romance, nos textos que deixa postumamente para a filha não oferece a ela um significado acabado, mas a encenação desse significado. (178) Attwell, no final de seu ensaio, faz uma citação do livro de Coetzee, *Doubling the Point*: “Não assumo imperativo ético algum. A Sra. Curren é aquela que acredita em *deveria* (*should*), que acredita em *acredita em* (*believes in*). De minha parte, o livro está escrito, vai ser publicado, nada pode impedi-lo. Está feito. O poder que estava à minha disposição foi empregado.” (Coetzee *apud* Attwell: 178)

O contexto literário sul-africano, concludo, oferece uma plataforma para uma discussão viva e responsável sobre as implicações éticas da literatura pós-moderna. As discussões e polêmicas que envolvem os escritores pós-modernos estão em grande parte voltadas para a questão da responsabilidade diante da sociedade. A maioria das reações contrárias da crítica sul-africana à ambivalência pós-moderna estão ligadas à capacidade dos textos pós-modernos de

atuar na sociedade. As acusações de aistoricidade deixam de ver as preocupações do pós-moderno com a textualidade numa dimensão mais ampla, deixam de ver nas problematizações discursivas dos textos pós-modernos um instrumento útil de questionamento e desmontagem das estruturas ideológicas opressivas.

Referências Bibliográficas

- Attridge, D.; Jolly, R. (orgs.). *Writing South Africa: literature, apartheid, and democracy, 1970 - 1995*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- Attwell, David. “‘Dialogue’ and ‘fulfilment’ in J. M. Coetzee’s *Age of Iron*”. In: Attridge, D.; Jolly, R. (1998), p. 166-179.
- Barthes, Roland. *Le bruissement de la langue: Essais critiques IV*. Paris: Seuil, 1984.
- Brink, André. “Interrogating silence: new possibilities faced by South African literature”. In: Attridge, D.; Jolly, R. (1998), p.14-28.
- Coetzee, J. M.. *Doba željeza*. Zagreb: VBZ, 2003.
- Coetzee, J. M. *Foe*. New York: Penguin, 1986.
- Currie, Mark. *Postmodern Narrative Theory*. New York: St. Martin’s Press, 1998.
- Defoe, Daniel. *Robinson Crusoe*. Zagreb: Školska knjiga, 2002.
- Hutcheon, Linda. *A Poetics of Postmodernism: History, Theory, Fiction*. New York; London: Routledge, 1988.
- Hutcheon, Linda. *The Politics of Postmodernism*. New York; London: Routledge, 1989.
- Hutcheon, Linda. *Postmodernistički prikaz, u: Politika i etika pripovijedanja*, org. p. V. Biti. Zagreb: Hrvatska sveučilišna naklada, 2002.
- Parry, Benita. “Speech and silence in the fictions of J. M. Coetzee”. In: Attridge, D.; Jolly, R. (1998), p. 149-165.

¹ Majda BOJIC, Profa. Ms., doutoranda,
Universidade de Zagreb/UFPR
mbojic@ffzg.hr